

Os trabalhos produzidos sobre o "estado da arte", bem como as sínteses críticas ou os ensaios de metainvestigação sobre diferentes domínios e área temáticas da pesquisa em educação são, em geral, tão úteis e apreciados quanto de difícil, e ainda de relativamente arriscada, realização.

Começamos por não poder beneficiar de uma tradição, ou pelo menos de uma experiência significativa e minimamente consistente, fruto de um desenvolvimento muito tardio da investigação portuguesa. O carácter assistemático da produção, por vezes mesmo com características intermitentes que resultavam de esforços meramente individuais e que se subordinavam aos ritmos e às circunstâncias de realização de provas académicas por parte de docentes do ensino superior, tantas vezes em países e línguas estrangeiros, marcou indeleavelmente o final da década de setenta e os anos oitenta do século XX.

A ausência, ou a debilidade, de condições de enquadramento institucional, de organização e financiamento de estruturas, e de constituição de centros e equipas de investigação, esteve na base do extremamente reduzido volume de investigação produzida entre nós e, de resto, também só raramente objecto de publicação.

Nestas condições, deve em rigor concluir-se que na maioria das disciplinas e das áreas temáticas de investigação em educação não dispunhamos, até muito recentemente, de um capital de realizações e de um acervo de investigações teóricas e empíricas que justificassem, e nalguns casos sequer permitissem, *démarches* de síntese e de balanço crítico de uma produção entretanto acumulada.

Porém, vem-se registando ao longo da última década uma fase de desenvolvimento da investigação e da produção académica em educação que não tem precedentes na história portuguesa. O número de instituições, centros e equipas de investigação aumentou consideravelmente, tal como o número de

investigadores doutorados, os projectos de formação pós-graduada, a realização de congressos e reuniões científicas, os projectos de investigação em curso e o seu grau de internacionalização. A actividade de publicação no país e fora dele, a criação de revistas científicas e, em geral, uma actividade editorial, especializada e regular, em torno do trabalho de investigação, conheceram igualmente um incremento notável. É esta evolução recente que permite compreender e justificar a presença quase exclusiva de trabalhos datados dos anos noventa e da presente década ao longo dos artigos de síntese publicados no primeiro número de *Investigar em Educação*; facto que volta a registar-se no número que agora se publica, onde novamente se revelam muito escassas as referências a obras anteriores àquele período.

Mas a última década, revelando-se um período de mobilização de mais investigadores e de mais autores de obras publicadas, registando um aumento inédito do número de estudantes de mestrado e de doutoramento, também já estrangeiros, e concretizando a reorganização dos centros de investigação existentes e a criação de novos centros, oficialmente reconhecidos, avaliados e financiados, não deixou, contraditoriamente, de evidenciar diversas fragilidades. O considerável aumento da procura de formação contínua e pós-graduada nem sempre foi acompanhado do desejável rigor de concepção e de execução dos respectivos cursos e acções e, especialmente, do indispensável esforço de formação dos formadores; a actividade de investigação conheceu um aumento significativo mas continua dependente, agora em maior grau, de projectos de trabalho inscritos individualmente no âmbito de cursos de mestrado e de projectos de doutoramento a que falta, muitas vezes, uma lógica colectiva, objectivos de médio e longo prazo, linhas de investigação que confirmam unidade e sentido às actividades desenvolvidas; o já apreciável número de trabalhos produzidos, especialmente teses de mestrado, tem na maior parte dos casos reduzido impacto em termos editoriais e de publicação, sendo pouco conhecidos até entre os investigadores; sobretudo em certos domínios, a investigação e a produção académica revelam uma tendência de colagem às agendas de política educativa e uma forte dependência, em termos de objectivos e temas de estudo, das mudanças juridicamente consagradas e centralmente decretadas no sistema educativo e nas escolas, assim dificultando o exercício de uma *distância crítica*; o grau de internacionalização das equipas e dos projectos de investigação, que ocorre hoje muito mais do que no passado recente, é porém ainda claramente insuficiente; o debate académico é limitado e são

raras as polémicas públicas entre investigadores, sendo quase inexistente a discussão de critérios de avaliação do trabalho de pesquisa e da sua publicação após arbitragem pelos pares.

Mas estes problemas, típicos de uma comunidade recentemente constituída e de um campo em estruturação, só se manifestam, paradoxalmente, a partir do momento em que se atingiu já uma fase avançada de desenvolvimento institucional, um certo capital de realizações, um mínimo de visibilidade social e de *status académico*. Só sendo suficientemente forte, organizada e consolidada, pode uma determinada comunidade académica pensar-se criticamente, reflectir sobre o trabalho que produz, identificar obstáculos ao seu desenvolvimento, superar fragilidades e elevar os níveis de exigência no interior de si mesma. Sem isto, de resto, ela não será ainda, verdadeiramente, uma comunidade científica, não estando em condições de se pensar reflexivamente como tal, de agir estratégicamente, de corrigir erros e de ultrapassar limitações.

Também deste ponto de vista a última década foi significativa, nela se situando as primeiras tentativas de síntese e de balanço crítico das actividades de ensino e de investigação em certas áreas, disciplinas ou temáticas, ainda que muito condicionadas pela falta de experiência nessa tarefa e, especialmente, pela exiguidade dos trabalhos disponíveis, pela dificuldade em estabelecer critérios de selecção de cada *corpus* de análise e de justificar inclusões e exclusões, assim impondo balizas ou delimitando fronteiras nem sempre de fácil justificação. Em todo o caso, a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação representou um dos primeiros e mais relevantes contextos de elaboração daqueles ensaios, logo a partir da realização do seu primeiro congresso, conforme se conclui da apresentação de vários trabalhos de síntese que as respectivas actas, publicadas em 1991, destacavam; e também, desde aquele momento, através de outros congressos, seminários e iniciativas diversas, na maioria dos casos devidamente documentados.

A criação da revista *Investigar em Educação*, com o formato e as características que fazem dela uma experiência inovadora no panorama nacional, ao convidar autores (e a eles associar consultores) para a tarefa de caracterizar campos de análise, de seleccionar trabalhos e critérios de tratamento, assim produzindo sínteses sobre a produção portuguesa em torno de uma determinada área temática, seleccionada pelo conselho editorial da revista, corresponde a um projecto mais ambicioso e dotado de maior intencionalidade e

sistematicidade. Não se trata já de tentativas episódicas de síntese e muito menos de meros rituais de celebração do que já foi alcançado, ou de intenções defensivas e de pura legitimação de um universo complexo e multifacetado que tem sido alvo de variadas desconfianças e incompreensões. Trata-se, agora, de proceder regularmente à revisão crítica da investigação que realizamos em diferentes áreas, levantando trabalhos e estudos, organizando a informação obtida através da adopção de critérios vários e plurais, mapeando escolas, linhas de investigação e problemáticas, apontando ausências e limitações, revelando continuidades e rupturas, cotejando a produção portuguesa com a produção a nível internacional.

Ainda que se debata com dificuldades iniciais, com expressão diferenciada consoante as áreas temáticas seleccionadas, o projecto permitirá disponibilizar contribuições de elevado interesse e, sobretudo, passíveis de revisão e aprofundamento ulteriores, assim podendo vir a registar criticamente as evoluções que vão ocorrendo num determinado campo ou área de estudos; possibilitará ainda a própria construção de alternativas metodológicas e a comparação e discussão de processos de trabalho, de critérios de selecção e de análise das investigações realizadas.

Tal como no primeiro exemplar da revista, o presente número evidencia todo o potencial do empreendimento colectivo, mesmo quando necessariamente também revela as dificuldades e limitações atrás referidas, dando conta de situações e evoluções distintas em diferentes áreas temáticas de investigação.

Manuela Esteves e Ângela Rodrigues analisam a produção portuguesa em torno da formação inicial de professores, chamando a atenção para o seu carácter lacunar e fragmentário. Em todo o caso, inventariam e estudam um já apreciável número de teses de mestrado e de doutoramento, o qual permite reconhecer orientações predominantes em termos de abordagens teóricas e metodológicas e extrair conclusões relevantes quanto à discussão de modelos de *formação inicial de professores* em Portugal.

Em ensaio sobre *auto-regulação e aprendizagem*, Adelina Lopes da Silva e Isabel Sá fazem incidir o seu balanço crítico sobre a investigação relativa ao comportamento auto-regulado dos estudantes nas suas aprendizagens, definindo para tal um quadro conceptual, identificando distintas abordagens teóricas e linhas de investigação, e partindo de estudos de nível ou de circulação

internacional para dilucidar a situação portuguesa, ainda marcada por uma produção que as autoras consideram longe de poder contribuir para a “construção de um corpo teórico integrador dos resultados dos trabalhos empíricos e da reflexão teórica”.

João Pedro da Ponte investiga as “investigações matemáticas” em Portugal, isto é, estuda e analisa criticamente um vasto conjunto de trabalhos em que o conceito de “investigação matemática” é central, entendido como perspectiva curricular, processo de produção de conhecimento e actividade de aprendizagem. Abordando a situação internacional, o autor procede a esclarecimentos de ordem conceptual, inventaria e estuda várias investigações portuguesas, destacando algumas conclusões e apontando certas lacunas, a partir de um *corpus* já substancial de estudos sobre o tema, no âmbito mais geral da Didáctica da Matemática.

Finalmente, em *alfabetização e educação de adultos*, Justino Magalhães aborda os fenómenos de institucionalização da educação e formação de adultos enquanto subsistema educativo, oferecendo-nos uma “resenha histórica” que permite relevar a diversidade do campo, as suas principais modalidades, a construção do seu edifício legislativo e, especialmente, as articulações e tensões ocorridas entre alfabetização e processo de escolarização. Trata-se de um domínio ainda muito pouco trabalhado enquanto campo específico de investigação e produção académica, não obstante a existência entre nós de alguns trabalhos relevantes, exigindo por isso atenção posterior e redobrados esforços de inventariação e selecção de trabalhos, para o que a contribuição de Justino Magalhães se revela um excelente ponto de partida.

O leitor apreciará, em função dos seus interesses, as contribuições agora disponibilizadas em *Investigar em Educação* e, seguramente, beneficiará dos esforços empreendidos pelos seus respectivos autores e do diálogo crítico que, a partir de agora, poderá vir a estabelecer com eles.